

# Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

## Receita deverá unificar processos administrativos

Valor Econômico - 15/03/2016

Laura Ignacio | De São Paulo

A Receita Federal pretende simplificar a gestão de processos administrativos. Algumas discussões comuns nas empresas passarão a ser objeto de uma única demanda processual. Isso valerá, por exemplo, quando o mesmo contribuinte tiver vários processos que tratam de pedido de crédito de Imposto de Renda, CSLL, PIS e Cofins (Importação ou não), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) ou Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

Pedidos de restituição, ressarcimento e as Declarações de Compensação (DCOMP) feitos com base no mesmo crédito tributário - outra situação comum - também serão unificados. Por exemplo, se há um crédito de R\$ 1 milhão e o contribuinte pede a compensação para quitar débito de R\$ 500 mil de Imposto de Renda num dia. Noutra ocasião, ele usa R\$ 200 mil para quitar um débito de Cofins e vai compensando até completar R\$ 1 milhão. Tudo é declarado na DComp, mas é aberto um processo para cada tributo.

Todas as situações que levarão o Fisco a juntar os processos estão descritas na Portaria nº 354, publicada no Diário Oficial da União de ontem.

Segundo Felipe Kneipp Salomon, do Levy & Salomão Advogados, a portaria é positiva porque evitará decisões administrativas conflitantes sobre o mesmo fato gerador, relativo ao mesmo contribuinte. "Isso ocorreu em casos decorrentes da desmutualização da BM&F Bovespa, por exemplo, em que a Receita autuou corretoras e bancos tanto para cobrar IRPJ e CSLL, como PIS e Cofins, em processos separados", diz.

O tributarista afirma que a portaria vai colaborar para colocar em prática o Decreto nº 70.235/1972 e o Regulamento Interno do **Carf**. Segundo ele, ambas as normas determinam a tramitação em conjunto.

Salomon diz ainda que já se deparou com o caso de um cliente cuja declaração de compensação foi rejeitada e, por isso, a empresa foi autuada 27 vezes. Isso porque a Receita formalizou um auto de infração para cada tributo. "Agora, ficará mais fácil operacionalizar isso. Tanto para o Fisco, como para as empresas."

A advogada Valdirene Lopes Franhani, do Braga & Moreno Consultores e Advogados, afirma que o mais comum é essa situação ocorrer na compensação pela DComp. "Na hora de analisar um pedido de compensação, a Receita gera vários processos administrativos, ainda que todos sejam relacionados a um mesmo crédito-mãe", diz.

Valdirene destaca que a medida é importante por evitar essa situação desde a origem, na primeira instância administrativa. "A portaria cria regras claras de como essa conexão se dará para gerar economia ao erário, como acontece quando há julgamentos por lote no Judiciário", diz. Para o contribuinte, segundo a advogada, a medida é interessante porque resultará em celeridade, efetividade e menos custo com papel. "Além de evitar decisões conflitantes, reduzindo a quantidade de recursos e decisões."

## **Gerdau não fez provisões sobre eventuais perdas por Zelotes**

15/03/2016

### ***Empresa nega acusações de que teria tentado sonegar até R\$ 1,5 bilhão***

SÃO PAULO - A Gerdau não fez provisões financeiras sobre eventuais perdas decorrentes da operação Zelotes, que investiga fraudes relacionadas ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e o suposto pagamento de propina para a edição de medidas provisórias.

O diretor financeiro da Gerdau, Harley Scardoelli, disse que a empresa nega as acusações de que teria tentado sonegar até R\$ 1,5 bilhão e afirmou que a companhia agiu com respaldo na legislação.

A Gerdau tinha programado a divulgação de seu resultado de quarto trimestre para 1º de março, mas acabou adiando a publicação do balanço para esta terça-feira. Na ocasião, a empresa afirmou que precisava do tempo adicional para analisar os autos que envolveram a companhia na sexta fase da Zelotes.

## **CPI do Carf: governo e oposição blindam empresas, bancos e políticos**

15/03/2016

### ***Parlamentares de PT, PSDB e DEM se unem para evitar convocações***

BRASÍLIA - Em meio a maior crise política do governo Dilma Rousseff, parlamentares do PT, do PSDB e do DEM deixaram as farpas de lado e demonstraram um espírito de união incomum para o atual momento. Foi na CPI que investiga denúncias de fraudes contra a Receita Federal cometidas por instituições bancárias e grandes empresas, com ajuda de advogados e ex-conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Por unanimidade, os parlamentares dessas legendas, e de outras, decidiram excluir do plano de trabalho do relator, João Carlos Bacelar (PR-BA), os nomes de 54 instituições bancárias e empresas, 15 agentes públicos (como ex-conselheiros do Carf), 11 intermediários (casos de advogados e representantes de empresas) e 7 atores políticos, entre os quais ex-ministros do governo Lula. Bacelar concordou em excluir essas 87 instituições - várias delas financiadoras de campanha eleitoral - e pessoas.

O argumento único de oposição e governo é que a mera citação no plano de trabalho prejudicaria as empresas, muitas delas com ações na Bolsa de Valores. Petistas e tucanos defendiam as mesmas oposições e concordavam uns com os outros.

Os parlamentares, dos dois lados, também adiaram a votação de dezenas de requerimentos de convocação de vários políticos e dirigentes de bancos e empresas, de ex-representantes do Carf, advogados e lobistas.

- Sugiro para não incluirmos no plano de trabalho nomes de pessoas e empresas. São empresas de capital aberto e essa citação já é suficiente para causar reflexos no valor das ações. E também envolver nomes de pessoas de forma desnecessária. O filho dessa pessoa no colégio vai conviver com isso. Se envolvermos um inocente aqui, é algo que causa prejuízo irreparável. Sugiro avaliarmos caso a caso - disse o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), acompanhado por vários opositoristas.

José Carlos Aleluia (DEM-BA) foi na mesma linha do petista.

- Concordo inteiramente com as palavras sensatas do deputado Pimenta. Não podemos agredir pessoas inocentes, a priori. As instituições vivem de nomes e marcas. A opinião pública está ávida em encontrar culpados para crise e para os desvios. Vamos excluir pessoas e instituições - disse Aleluia.

Carlos Sampaio (SP), ex-líder do PSDB, se somou aos dois que o antecederam.

- Acho que qualquer referência a empresa ou pessoas, podemos ocorrer num erro - disse Sampaio.

Bacelar concordou com os parlamentares.

- Apesar de não estar fazendo nenhum prejulgamento, até porque esses nomes já apareceram na CPI do Carf do Senado e nas investigações da Polícia Federal na Operação Zelotes, vou atender ao pedido e excluir nomes de empresas e pessoas do plano de trabalho - disse Bacelar.

Os parlamentares concordaram apenas em manter o depoimento de um delegado da Polícia Federal, de um dirigente do Carf e um representante do Ministério Público, que ocorrerão no final do mês. E aprovaram ainda a possibilidade de fazer essas audiências em sessões fechadas, sem presença de imprensa e do público.

Agência Câmara

## **Deputados pedem retirada de nomes do plano de trabalho da CPI do Carf; relator não atende**

15/03/2016

Os deputados Paulo Pimenta (PT-RS), José Carlos Aleluia (DEM-BA), Marcus Pestana (PSDB-MG) e Carlos Sampaio (PSDB-SP) pediram ao relator da CPI do Carf, João Carlos Bacelar (PR-BA), para retirar os nomes de pessoas e empresas mencionados no plano de trabalho das investigações.

A CPI do Carf está reunida neste momento para votar requerimentos de convocação e para que o relator apresente seu plano de trabalho.

"Não podemos expor desnecessariamente pessoas e empresas inocentes", justificou Pimenta. Aleluia fez pedido parecido. "As empresas, como as do ramo automobilístico, já estão penalizadas pela crise econômica", disse.

Pestana, por sua vez, pediu que os nomes sejam acrescentados apenas depois de ouvidos os delegados da Polícia Federal e procuradores do Ministério Público envolvidos nas investigações da Operação Zelotes. "Não podemos dar o empurrão final para empresas que já apresentam dificuldades financeiras", disse.

No plano de trabalho, Bacelar propõe convocar para depor, entre outros, os ex-ministros da Fazenda Guido Mantega e Antonio Pallochi; o ex-secretário-geral da Presidência da República Gilberto Carvalho; a ex-assessora especial da Casa Civil Lytha Spíndola; e o advogado Carlos Juliano Ribeiro Nardes (sobrinho do ministro do TCU Augusto Nardes).

O relator também propõe a convocação de executivos de empresas suspeitas de terem sido beneficiadas pelo esquema, como os bancos Santander, Safa, Boston e Bradesco, o Grupo Gerdau; a empreiteira Camargo Corrêa; a Petrobrás; a RBS Participações e outras.

Entre os intermediários dos pagamentos, o relator cita como importantes as convocações dos advogados Leonardo Manzan e Mauro Marcondes Machado, assim como os lobistas José Teriju Tamazato, Mário Pagnozzi Júnior e Alexandre Paes dos Santos. João Carlos Bacelar quer também a convocação de conselheiros e ex-conselheiros do Carf.

"Compreendo a preocupação. Não podemos prejudicar nenhuma empresa e nenhum cidadão, mas é dever regimental do relator ter uma linha de

investigação. Esses nomes foram citados e confirmados pela CPI do Senado e pela Polícia Federal. Eu não tirei nem botei nenhum nome. Eles estão no relatório da CPI do Senado e no relatório da PF", rebateu Bacelar.

O plano de trabalho do relator não é votado, mas simplesmente apresentado aos deputados da CPI.

## **Relator da CPI do Carf apresentará hoje plano de trabalho**

15/03/2016

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de fraude na atuação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) reúne-se hoje para a apresentação do plano de trabalho do relator, deputado João Carlos Bacelar (PR/BA), e votação de requerimentos.

O Carf é uma instância administrativa, ligada ao Ministério da Fazenda, para resolução de conflitos entre contribuintes e o governo sobre cobrança de impostos (é o chamado contencioso administrativo). A composição do Carf é paritária, com representantes do governo e dos contribuintes, designados pelo ministro da Fazenda.

No ano passado, a Polícia Federal deflagrou uma operação para investigar denúncias de que conselheiros teriam recebido dinheiro para favorecer empresas em decisões contra o governo. A investigação recebeu o nome de Operação Zelotes.

A reunião ocorrerá no plenário 13, a partir das 11 horas.

Valor On Line

## **Relator da CPI do Carf quer convocar Bradesco e Santander**

15/03/2016

BRASÍLIA - Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Carf na Câmara dos Deputados, João Carlos Bacelar (PR-BA), propõe no seu plano de trabalho, divulgado nesta terça-feira e que será votado em sessão ainda hoje, convocar os representantes legais de 54 empresas para prestar depoimentos sobre supostas práticas ilegais de compra de sentenças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Bacelar sugere, com base nos documentos encaminhados pela CPI do Carf no Senado à Câmara, convocar os bancos Santander, Bradesco, Safra, UBS Pactual, a siderúrgica Gerdau, a cervejaria Petrópolis, a empreiteira Camargo Corrêa, a empresa de alimentos BRF, TIM e Embraer, entre outros. Bacelar afirma que há suspeitas, investigadas pela Polícia Federal e Ministério Público, de que essas empresas participaram de desvios.

Os requerimentos precisam ser aprovados pela comissão - o plano de trabalho é apenas uma sugestão do relator que ainda precisa ser referendada pelos demais integrantes.

Neste planejamento, Bacelar propõe ouvir o depoimento dos ex-ministros da Fazenda Guido Mantega e Antônio Palocci e do ex-secretário-geral da Presidência Gilberto Carvalho. Num primeiro momento, o relator não cita o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo governo virou alvo da operação Zelotes pela suposta venda de medidas provisórias para beneficiar empresas automobilísticas, mas há a sugestão de convocar lobistas investigados por atuarem nesse suposto esquema - o que, dependendo das informações

fornecidas, pode levar o relator a ampliar o escopo das investigações para atingir o petista.

## **Gerdau diz ter rescindido contratos com envolvidos na Zelotes**

15/03/2016

SÃO PAULO - No balanço anual e do quarto trimestre de 2015, a Gerdau reiterou que não tem como provisionar valores relacionados à Operação Zelotes, da Polícia Federal, pois ainda não se conhece a duração e o desfecho das investigações. Mas a empresa informou que os contratos com os escritórios externos, em função da suspeita de ações ilegais, já foram rescindidos.

De acordo com a siderúrgica, os contratos com esses prestadores de serviço investigados já previam a quebra automática em caso de descumprimento da cláusula de respeito às leis. "A empresa jamais concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que tenha ocorrido com esse fim", afirmou.

A Operação Zelotes investiga um possível esquema de sonegação fiscal. De acordo com a Polícia Federal, empresas e lobistas atuavam no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para reverter ou anular multas e impedir autuações do fisco. A Gerdau foi implicada na operação e seu presidente, André Gerdau, levado a depoimento por meio de condução coercitiva. Esse foi o principal motivo de adiamento da publicação do balanço, originalmente prevista para o dia 1º.

No relatório da administração que acompanha o balanço, a Gerdau disse que reconhece os processos em tramitação no Carf e que os escritórios externos foram contratados dentro da legalidade e buscando assessoria técnica. A empresa também afirmou que não pagou ou repassou nenhum valor aos escritórios desse caso específico.

A companhia comenta nas notas explicativas que contratou assessores jurídicos independentes para auxiliar no caso. Em seu parecer, o auditor externo, a PricewaterhouseCoopers (PwC) registrou uma ênfase à posição de que não há como prever a duração ou o resultado da Operação Zelotes - e, por isso, não há provisionamento no balanço.

Jornal da Câmara - DF

## **CPI do Carf deve votar hoje as convocações**

15/03/2016

### ***O ex-presidente Lula e um dos filhos estão na lista, mas a Câmara analisa se medidas provisórias serão investigadas***

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Carf reúne-se hoje para votar requerimentos de convocação e investigação.

O Carf, como é chamado o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, é o órgão do Ministério da Fazenda responsável por julgar recursos de empresas que devem à Receita Federal.

Dos mais de cem requerimentos apresentados até agora, devem ficar de fora da pauta de votações aqueles que tratam de suspeitas de compra de medidas provisórias.

Isso porque os deputados ligados ao governo consideram que o assunto não é tema da CPI.

O caso está sendo analisado pela Consultoria Legislativa da Câmara, a pedido do presidente da comissão, deputado Pedro Fernandes (PTB-MA). Entre os

requerimentos que tratam da compra de MPs, estão os que pedem a convocação do ex- -presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do filho dele, Luís Cláudio, apresentados pela oposição.

Investigação - A Operação Zelotes, da Polícia Federal, investiga se empresas multadas por dívidas com o fisco pagaram para eliminar débitos tributários, que é justamente o que levou à criação da CPI.

Só que em outubro do ano passado Luís Cláudio Lula da Silva passou a ser considerado suspeito de receber pagamentos de empresas beneficiadas por três medidas provisórias que garantiram benefícios fiscais a vários setores da economia, principalmente o automobilístico.

A convocação de Luís Cláudio foi pedida pelo líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR).

"Vamos trazer para explicar como é que eram vendidas as medidas provisórias quando tramitavam aqui e o tráfico de influência exercitado pelo filho do Lula e por aqueles que eles indicavam", disse.

O deputado Paulo Pimenta (RS), vice-líder do PT, defendeu que a CPI investigue a venda de decisões no **Carf** e não medidas provisórias.

"Os limites de uma CPI circunscrevem-se ao objeto para o qual foi criada. E a CPI foi criada com um objetivo: investigar os 74 julgamentos que ocorreram no **Carf**, que são, segundo a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, objeto com graves indícios de ter ocorrido venda de decisões." Plano - Além de votação de requerimentos, está prevista para a reunião de hoje a apresentação do plano de trabalho do relator da comissão, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA).

Para não começar do zero, a comissão vai aproveitar o material obtido pela CPI do **Carf** que funcionou no Senado, no ano passado.

O deputado Pedro Fernandes, presidente da comissão, quer que os primeiros depoimentos ocorram na próxima quinta-feira (17).